

NECESSIDADE DE MAIOR CRÍTICA ÀS FONTES HISTORIOGRÁFICAS SOBRE OS ÍNDIOS NO BRASIL: contribuições à Etno-história, Etnoarqueologia e à Arqueologia Pré-Histórica

Rafael Borges Deminícis¹

Resumo: As analogias feitas pelo uso de fontes historiográficas (mapas, imagens, manuscritos etc.), principalmente as que abordam os povos indígenas encontrados no Brasil, sem uma metodologia crítica de análise dessas fontes, têm criado algumas armadilhas aos estudos nos campos da etno-história e da etnoarqueologia. Portanto, o que poderia auxiliar no descobrimento da história e das identidades étnicas das inúmeras sociedades tribais remotas ou indígenas sul-americanas, traz cada vez mais encobrimento. Neste sentido, uma dialética serial das fontes se faz extremamente necessária. O panorama do que existe acumulado no Brasil sobre métodos de crítica das fontes historiográficas sobre as sociedades indígenas é extremamente raro, resumindo-se a duas referências: o trabalho de síntese dos grandes contextos sociais de produção das fontes criado pelo sociólogo Florestan Fernandes; e o sistema de observação das particularidades das fontes, a "sociologia dos viajantes", do antropólogo João Pacheco de Oliveira. Um primeiro passo na direção de uma dialética e serial às referidas fontes seria a combinação desses dois métodos.

Palavras-chave: Fontes historiográficas; Crítica; Dialética Serial; Índios; Etno-história.

Abstract: The analogies made by use of historiographical sources (maps, pictures, manuscripts etc.), especially those that address indigenous peoples found in Brazil, without a critical analysis of these sources methodology, have created some traps to

¹ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF - Darcy Ribeiro) e Mestre em Arqueologia pelo Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), Pós-graduando em Arqueologia Subaquática pelo Instituto Politécnico de Tomar (IPT, Portugal) e Doutorando em Arqueologia pelo Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ). E-mail: rafael.deminicis@gmail.com .

studies in the fields of ethno-history and ethnoarchaeology. So, which could assist in the discovery of history and of the ethnic identities of many south-american indigenous or remote tribal societies, brings more and more cover-up. In this sense, a serial dialectic with the sources makes it extremely necessary. The overview of what there is accumulated in Brazil about critical methods of historiographical sources on indigenous societies is extremely rare, limited to two references: the work of synthesis of large social contexts of production sources created by the sociologist Florestan Fernandes; and the observation system of the sources particularities, the "sociology of travellers", of the anthropologist João Pacheco de Oliveira. A first step in the direction of a dialectic and serial to these sources would be the combination of these two methods.

Keywords: Historiographical sources; Criticism; Serial Dialectic; Indians; Ethnohistory;

(...) os problemas colocados são os mesmos, provocando, entretanto, na superfície, efeitos inversos. Podem-se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica do documento. Nada de mal-entendidos: é claro que, desde que existe uma disciplina como a história, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles diziam a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma destas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstruir, a partir do que dizem estes documentos – às vezes com meias palavras –, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como a linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. Ora por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, em níveis, estabelecer séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOULCAULT, 2009, p. 7).

Mesmo na atualidade, quando o assunto é a análise das fontes historiográficas que abordam os as sociedades nativas ou indígenas do Brasil, impera o avesso do que defende o filósofo Michel Foucault para o trabalho dos pesquisadores de sua época: a falta de críticas aos documentos. Neste sentido,

torna-se mais do que saudável o aprendizado com a perspectiva defendida pelo historiador Carlo Ginzburg, que recomenda o exercício do “estranhamento” (GINZBURG, 2001. p. 33) em relação aos documentos, para que os pesquisadores que utilizam as fontes sobre os índios consigam finalmente se desligar dos “*olhos de madeira*” (GINZBURG, 2001) das *representações* consagradas pelo colonialismo e terem realmente condições de recuperar informações sobre sociedades tribais extintas ou sobre as de ascendência das etnias indígenas atuais, suas denominações, sua região de domínio à época dos registros, suas estruturas sociais e políticas etc.

Considerando-se o quadro atual de emergência das pesquisas arqueológicas no Brasil (e sua publicização), que, tamanho é o valor simbólico dos artefatos e maior é o peso dado à complexa rede de análises internas dos artefatos, ecofatos e micro-vestígios, dedica-se pouco ou nada ao exercício da crítica às fontes, temos um agravante. A Arqueologia Pré-histórica do Brasil em muito se baseia na analogia entre os artefatos revelados e determinadas fontes históricas (como dito, utilizadas de forma acrítica) – ou, ao menos, fundamentou-se nesta analogia já na época de profissionalização dessa ciência no país, sob a ótica histórico-culturalista, para a gestão das primeiras interpretações os tipos culturais remotos encontrados neste território, classificados em tradições e fases.

Aliás, antes que se argumente que a fundamentação da Arqueologia veio e vem por analogia aos resultados das pesquisas realizadas pela Linguística ou pela Antropologia, deve-se alertar para o fato de que estas duas ciências, quando da consagração da teoria sobre a existência de grandes grupos linguísticos/culturais, baseavam-se na mesma prática de utilização de fontes historiográficas sobre os índios no Brasil de forma acrítica. Já na década de 1960, mesmo não se aprofundando sobre o abismo existente em relação às fontes historiográficas e a própria fundação da teoria sobre a abrangência continental da língua Tupi ou Tupi-guarani em período remoto, o linguista Frederico G. Edwelweiss atentava para os efeitos de uma malfadada tendência chamada por ele de *tupimania*, que cometia exageros e

generalizações (EDELWEISS, 1969). Eis que a Arqueologia Pré-histórica no Brasil incorreu e incorre no mesmo lugar-comum da *tupimania* para a interpretação de seus artefatos. Mas a problemática é ainda mais profunda.

Se fosse apenas esse o movimento, isolado, a situação estaria em um patamar menos preocupante. Todavia, devido ao valor simbólico dos artefatos e a publicização dos resultados das pesquisas sob a chancela da bricolagem dos nomes das *tradições* interpretadas a partir dos artefatos aos nomes consagrados pelo colonialismo, os produtos dos estudos arqueológicos atravessaram o caminho das fontes historiográficas e passaram a servir diretamente como fontes fidedignas da existência de determinados povos e com determinadas estruturas culturais no Brasil em período remoto. Eis que os resultados destas pesquisas da historiografia recente, por sua vez, têm servido como fonte para outras pesquisas de outras ciências sociais e assim por diante, numa espiral que parece interminável e cada vez mais distante do estranhamento ou da crítica às fontes historiográficas primárias.

Apela-se aqui a que retornemos alguns passos no que diz respeito ao contato que temos com as fontes historiográficas sobre os índios no Brasil, principalmente as mais consagradas, para darmos muitos passos à frente no caminho da descolonização do olhar. Para isso, adiante resgatam-se os raros métodos de crítica às fontes sobre os índios no Brasil e, a partir delas, sugere-se um método de crítica que contemple a análise sobre os particularismos e contextos envolvidos na produção ou na expressão cultural de cada fonte, antes de qualquer abstração dos nomes de grupos indígenas mencionados, de demarcação da abrangência territorial dos grupos com os nomes mencionados ou de correlação entre os nomes e informações sobre grupos mencionados e os nomes ou características das etnias atuais.

Histórico da crítica às fontes historiográficas sobre os índios no Brasil

A crítica às fontes historiográficas sobre os índios no Brasil tem suas raízes nas primeiras pesquisas acadêmicas do sociólogo Florestan Fernandes (que exercem ainda hoje grande influência). Florestan Fernandes iniciou sua trajetória intelectual com a confecção de sua tese de pós-graduação na Escola de Sociologia e Política², que chegou a ser publicada em 1948 sob o título *Organização Social dos Tupinambá*. E como o material acumulado era bastante vasto, aproveitou-o para a sua tese de doutorado (defendida na Faculdade de Filosofia da USP), ampliando uma questão específica da pesquisa anterior, em um projeto ainda mais audacioso: analisar o papel da guerra para a sociedade que ele considerou denominada como Tupinambá, entrando no universo das estruturas ideológicas desta sociedade. O resultado deste segundo trabalho também foi publicado, em 1951, sob o título *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. No entanto, ainda em 1949, Florestan Fernandes divulgou uma das seções de sua tese, que tratava do método crítico de seleção das fontes históricas e que tinha o título: “A Análise Funcionalista da Guerra: Possibilidade de aplicação a Sociedade Tupinambá. Ensaio de Análise Crítica da Contribuição etnográfica dos Cronistas para o Estudo Sociológico da Guerra entre as populações Aborígenes do Brasil Quinhentista e Seiscentista” (FERNANDES, 1949), o que não teve a mesma popularidade que as outras publicações referidas.

Na realidade, o projeto de Florestan Fernandes dava sequência aos estudos iniciados pelo suíço-estadunidense Alfred Métraux, o qual, cerca de 20 anos antes, havia realizado, de maneira pioneira, uma análise parcial sobre os aspectos da cultura que chamou de Tupi-guarani através do levantamento das fontes dos primeiros cronistas a aportarem no Brasil. Alfred Métraux relacionava-se com as fontes históricas como se fossem dados etnográficos tomados em trabalhos de campo com uma sociedade indígena do contexto contemporâneo (sem quaisquer preocupações metodológicas).

Mas, vale ressaltar que, já na primeira década do século 20, o alemão

² O que seria o equivalente ao grau de mestrado, que nesta época ainda não existia na USP (CANDIDO, 1996, p. 12).

Curt Nimuendaju adotou o uso de fontes históricas para criar um quadro geral de indicações sobre a ocupação territorial e a demografia das etnias indígenas extintas e de identificação dos deslocamentos e migrações das tribos remanescentes, mas que tinha também a função de orientar as suas viagens pelo interior do Brasil ao encontro das tribos indígenas presentes (muitas delas já contatadas por órgãos ou instituições indigenistas da época).

A opção de Curt Nimuendaju pela análise das fontes historiográficas sobre os índios do Brasil foi inspirada nas pesquisas realizadas desde o começo do século 19, por artistas, naturalistas e viajantes, como Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied, Johann Baptist Ritter von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius e Karl von den Steinen. Por este motivo, grande parte das interpretações de Curt Nimuendaju sobre as populações indígenas brasileiras foi extraída das obras destes conterrâneos, principalmente, do “Mapa de von Martius”, publicado na obra *Contribuições sobre Etnografia e Linguística da America, principalmente do Brasil* (MARTIUS, 1867), de 1867. Carl Friedrich Philipp von Martius, nesta pesquisa, cruzou dados culturais e linguísticos do passado e do presente e estabeleceu a distinção de diferentes grupos culturais³. Além disso, nos estudos de Nimuendaju, a influência da obra de Karl von den Steinen (1940 [1884]), *Entre os Aborígenes do Brasil Central*, de 1884, também foi marcante. Karl von den Stein havia identificado a presença de quatro grandes “nações” indígenas no Brasil⁴ e, tendo como base as suas semelhanças linguísticas, assinala a existência de quatro troncos linguísticos⁵. Enfim, as fontes consultadas, as referências extraídas dos viajantes e as informações coletadas entre as tribos brasileiras por mais de trinta anos por Curt Nimuendaju⁶, compuseram a base de um trabalho

³ Tupis e Guaranis, os guerreiros; Gés ou Crons, os cabeças; Guck ou Coco, os tios; Crens ou Guerens, os velhos; Parecis ou Porages, os de cima; Goitacás, os corredores da mata; Aruak ou Aruaquiz, a gente da farinha; Lengos ou Guaicurus, os cavaleiros; e grupos indígenas de transição cultural e adoção da língua portuguesa.

⁴ Tupi-guarani; Jê ou Tapuia; Aruaque ou Maipuré; e Caraíba ou Caribes.

⁵ Tupi-guarani; Macro-jê; Caribe; e Aruaque.

⁶ Aliás, Curt Nimuendaju seguiu uma trajetória muito parecida com a de seu conterrâneo nos Estados Unidos, Franz Boas. Pois, como se soubesse da existência do desenvolvimento da etnologia neste país, defendeu no Brasil que as descrições de campo (etnográficas) deveriam

hercúleo, de montagem do *Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes*, que foi ansiosamente aguardado pela comunidade científica da época, sendo editado em 1942 e reproduzido por algumas instituições⁷.

Mais a frente, ainda anos de 1920, Alfred Métraux tomou contato com os resultados dos estudos realizados por Curt Nimuendaju e tinha refutado inicialmente algumas das suas argumentações. Mas, de alguma forma, influenciado pelas lendas e profecias indígenas divulgadas por Nimuendaju, Métraux passou a atentar mais para o âmbito religioso destas sociedades, o que aparece em seu livro *A religião dos Tupinambás e suas relações com as das demais tribos tupi-guaranis*, de 1925 (MÉTRAUX, [1925] 1979); e ao fenômeno das migrações internas, que Nimuendaju atribuía a questões escatológicas, tendo como grande exemplo os Guarani, que migravam movidos pela busca da “Terra Sem Maldade” (PEREIRA, 1946, p. 40). Com esta perspectiva Métraux constituiu o seu artigo “As migrações históricas dos Tupi-Guarani” (MÉTRAUX, 1927), no qual defendeu a ideia de que as sociedades Tupi-guarani, em período remoto, concentravam-se na bacia Paraná-Paraguai, e, por dificuldades ambientais ou crescimento demográfico, teriam formado duas correntes migratórias, gerando dois outros conjuntos de sociedades de evolução diferenciada: os Tupi e os Guarani. Métraux sugeriu, ainda, que a dispersão litorânea dos Tupis foi um movimento bastante recente, e que foi acelerado pelo processo da conquista colonial (o que ele dizia ser verificável pela análise das fontes documentais do século 16).

ocupar um *status* maior que de outras fontes na análise das sociedades tribais – o que se deu menos por seu empenho teórico que por sua profunda imersão no universo indígena brasileiro, de intensas andanças pelas florestas. Curt Nimuendaju iniciou sua vivência entre os índios em 1905, pouquíssimo tempo depois de sua imigração para o Brasil (quando ainda era chamado de Curt Unkel, adotando posteriormente sobrenome indígena, ao ser batizado na religião dos Apapokuva-Guarani) – primeiro entre as tribos do Oeste de São Paulo, posteriormente do Paraná e do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) e, após 1913, da região amazônica. (PEREIRA, 1946, p. 16-20). A intenção de Curt Nimuendaju era apenas de constatação de que o espaço brasileiro comportava uma enorme multiplicidade de diferentes etnias, muitas delas sem quaisquer vínculos culturais e/ou políticos comuns, mas que poderiam ser agrupadas por serem falantes de línguas semelhantes, o que, por sua vez, talvez significasse a existência de uma origem remota comum.

⁷ A versão mais atual deste mapa foi produzida pelo IBGE em 1981, reeditada em fac-símile pela mesma instituição em 2002.

Em sua obra mais importante, onde também se expõe esta teoria, *A civilização material das tribos Tupi-guarani* (1928), Alfred Métraux define a distribuição geográfica das tribos tupi-guarani em três momentos: na “época pré e pós-colombiana”, no “final do século 16” e no “período atual” (isto é, começo do século 20). Nesta obra, ele distingue quatro tipos diferentes de manifestações culturais dos Tupi-guaranis de acordo com a “situação geográfica”: as tribos Tupi-guarani da costa do Brasil; os Tupi-guarani da Bacia Amazonas; os Tupi-guarani Meridionais; e os Tupi-guarani da vertente dos Andes e da Bolívia Oriental.

Enfim, no rastro da série dedicada aos “Tupinamba”/“Topinambos”/“Topinamba” (que estavam entre os “Tupi-guarani da Costa”), analisadas por Métraux quase que exclusivamente por fontes historiográficas, é que Florestan Fernandes seguiu seu trabalho. Enquanto para Métraux, em uma perspectiva positivista tradicional, as fontes foram consideradas dados empíricos puros, possuidores da verdade objetiva, Florestan Fernandes apontou que se deveria “apreciar a variedade e a consistência dos dados nelas contidos” e “tentar algo parecido com o que fazem os historiadores, quando procedem a colação de textos de documentos históricos” (FERNANDES, 1975, p. 192).

Ao fazer essa assertiva, Florestan estava provavelmente investido de uma noção historiográfica enquadrada na perspectiva francesa da *Escola dos Annales*⁸. Por esta razão, Florestan Fernandes reafirmou ainda a “coerência

⁸ Os historiadores da *Escola dos Annales* defendiam que as fontes escritas deveriam ser criticadas, ou interpretadas, pois eram produtos de um contexto social, regional e temporal (ou seja, produzidos por uma determinada sociedade, ocupante de um determinado território e em uma determinada época), que, por sua vez, era produto de uma matriz cultural específica (associada a raiz de uma determinada nação). Defendia-se a confluência da Historiografia principalmente com a Sociologia, mas com a construção de um método estrutural-funcionalista, “de fora para dentro” (grifo próprio), isto é, partindo da compreensão das estruturas sociais para a interpretação de um fato ou acontecimento (no caso, a produção de um documento) – o que posteriormente poderia contribuir para a (re)interpretação das estruturas –, e criticando de forma veemente o funcional-estruturalismo de tradição etnológica. No entanto, a historiografia francesa não conseguiu levar a frente o projeto inicial de fusão entre as ciências sociais, mas contribuiu, em grande medida, para que os outros campos de conhecimento, como a sociologia e a antropologia da época, adquirissem maior reflexão sobre os métodos de crítica e análise das fontes.

etnológica e a casuística sociológica” (FERNANDES, 1975, p. 192), nas quais as fontes não são consideradas positivas por si só, mas revelam dados estruturais positivos para a reconstrução do modelo de funcionamento de uma determinada sociedade. A partir disso, a questão para Florestan Fernandes era, então, encontrar o método adequado de análise destas estruturas contidas nas fontes, no exercício de confrontação entre funcionalismo e história (FERNANDES, 1975, p. 206), objeto defendido por Brodislaw Malinowski, que, por sua vez, tinha raízes profundas no método *funcionalista* ou objetivo, idealizado por Émile Durkheim. Essa proposta impeliu-o ainda a estender o debate as mais diversas correntes do pensamento sociológico, o que lhe inspirou, por fim, a fazer a junção de mais duas matrizes clássicas: o “método compreensivo” de Max Weber e o “método dialético” de Karl Marx (CAMACHO, 2000, p. 61-62). Aliás, foi justamente a constatação da falta dessa base metodológica funcionalista, com a qual Florestan Fernandes se armou, o motivo que fez Alfred Métraux lamentar-se por não ter conseguido alcançar a construção de um modelo fechado da sociedade Tupinambá (CANDIDO, 1996, p. 13).

Para Florestan Fernandes (como para Alfred Métraux) não havia dúvida sobre a existência da sociedade Tupinambá, que já havia sido extinta, mas amplamente explorada pelas fontes históricas e socialmente difundida até os dias atuais. Portanto, o objetivo de Florestan Fernandes era apenas encontrar o modelo de funcionamento dessa sociedade, buscando inspiração nas formulações teóricas sobre o “tipo médio” de Durkheim, o “tipo ideal” de Weber e o “tipo extremo” de Marx (FERNANDES, 1967, p. 35; CAMACHO, 2000, p. 62).

Mas, o método crítico utilizado por ele, tomado dos referidos pensadores, previu a realização de um rigoroso debate teórico, prévio a sistematização das informações de cada fonte e o exame qualitativo e quantitativo dos conteúdos dessas fontes. Esse encaminhamento foi dado principalmente em sua tese de doutorado, dedicada a análise da guerra na sociedade Tupinambá, na qual ele iniciou com um debate sociológico mais

amplo sobre a guerra. O passo seguinte foi o levantamento do máximo de fontes com relatos dos viajantes sobre o assunto da guerra, sendo seguido da realização do fichamento sistemático de todas as questões sobre a guerra apresentados⁹.

Em algumas fontes aparecem informações do tipo: estímulos a organização tribal, a guerra como forma de relação intercomunitária e tribal, a pregação dos chefes, o repasto coletivo, as armas, a idade dos guerreiros, os padrões de heroísmo, a partida para os combates, as danças preparatórias, a duração da guerra, técnicas de defesa, épocas da guerra, o prestígio social em conexão com o *status* guerreiro, o tratamento dos feridos, as tréguas e a violação das sepulturas dos inimigos.

O interessante é que tempos depois da realização destes estudos, Florestan Fernandes argumenta que, apesar dos relatos fornecidos pelos viajantes serem vistos como material etnográfico, infelizmente, não o são por completo, pois vários temas estruturais da guerra podem não ter sido relatados pelos viajantes. Além disso, segundo ele, possíveis erros cometidos na análise podem ser atribuídos a subjetividade do investigador, isto é, a sua condição “lógica ou mental, produzida em função dos intuitos ou propósitos cognitivos” (FERNANDES, 1967, p. 35). Por isso, ele tenta minorar essas duas situações, sofisticando ao máximo a técnica correta de comparação entre as

⁹ Delas, Florestan Fernandes levantou 93 que teriam importância científica para a análise do aspecto guerreiro dos Tupinambás. A partir de seis delas (a antropofagia, o uso de canoas, a relação com o prisioneiro, a religião, os rituais de renomação e o sacrifício ritual), podem-se desdobrar outras trinta e nove questões. Para a crítica delas, Fernandes inicia o trabalho estatístico sobre a frequência das informações, que foram discriminadas em: os mesmos tópicos que aparecem em várias fontes e variedade de informações que uma mesma fonte oferece. Com isso, chega-se a constatação de que os temas mais recorrentes das fontes são: a antropofagia, a situação e o comportamento dos prisioneiros, os rituais de sacrifício, as causas da guerra, os rituais de renomação e a seleção e o papel do “chefe”. Nas fontes quinhentistas e seiscentistas é unânime o tema da antropofagia e do sacrifício ritual. Em menor ocorrência, mas em bastantes fontes, aparecem: o uso das canoas na guerra, as expedições de guerra, a poligamia, o *status* do guerreiro, as técnicas de ataque, a fama guerreira dos e entre os tupinambá, as relações existentes entre os valores religiosos tribais e a guerra, os símbolos sociais que distinguem o guerreiro dos outros membros da tribo, as relações inter-tribais, as cerimônias funerárias, o conselho de chefes, o direito costumeiro, as distâncias percorridas nas expedições guerreiras, a liderança guerreira, a mortalidade, o casamento, os combates, o esfacelamento de caveiras, a invasão, o parentesco, a utilização do sangue inimigo, a saudação lacrimosa e a tecnologia voltada para a guerra.

fontes, o que se demonstra na execução de uma discussão pormenorizada, ponto a ponto, sobre os temas de maior ocorrência e alguns de ocorrência mediana, citando os trechos das obras dos autores envolvidos, fazendo comentários sobre as particularidades que cercam a circunstância de descrição do tema e a visão particular do autor.

O modelo de funcionamento da sociedade Tupinambá em longa duração, construído por Florestan Fernandes, espalhou-se pelas ciências sociais brasileiras transformando-se na própria fonte positiva de inúmeros estudos. Porém, no final da década de 1980, o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho (1987) propõe uma crítica ao método funcionalista de análise das fontes.

Primeiramente, João Pacheco tentou entender o conteúdo da crítica desenvolvida por Florestan Fernandes, ou seja, os critérios de confiabilidade nas informações contidas nas fontes, que estavam baseados na avaliação sobre a autoridade do viajante (orientada em fatores como o tempo que o viajante ficou entre os índios ou o tipo de relação que foi criada com eles, por exemplo, estabelecendo quem eram os principais informantes, para a resolução de eventuais contradições na montagem do modelo), na qualidade (detalhamento sobre os temas abordados), e da quantidade de assuntos (o número de elementos que ela revela).

Porém, sem desqualificar por completo a atribuição de valor etnográfico atribuído por Florestan Fernandes as fontes, João Pacheco observou que a homogeneidade do plano de análise e a criação de um método de observação sistemático instituíam um exercício bastante limitado. Para ele precedia a composição de um conteúdo coerente, que conseguisse entender as particularidades da produção da fonte, para aí sim fazer uma comparação entre as fontes e chegar ao plano social. Portanto, baseando-se nas perspectivas estrutural-constructivistas formuladas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (especificamente no conceito de “campo intelectual”), para João Pacheco, os relatos dos viajantes deveriam ser inseridos na categoria de produção intelectual. A partir daí, ele defendeu que o discurso podia ser

dividido nas seguintes instâncias: o ver, o perceber, o interpretar, o expressar e os fins práticos (OLIVEIRA FILHO, 1987). Ademais, estas instâncias formam as etapas universais de qualquer processo de produção intelectual, que podem ser conceituadas como mecânica (ver), estruturada (perceber e interpretar), materializada (expressar) e estruturante (os fins práticos).

Com essas premissas, em seu trabalho *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil* (1987), sobre as tribos do Alto Solimões, João Pacheco selecionou, dentro de um conjunto mais amplos de viajantes, utilizando três critérios principais: apenas aqueles viajantes que estiveram no Alto Solimões (critério geográfico), apenas os naturalistas e viajantes estrangeiros (critério de nacionalidade) e em um determinado período (critério cronológico).

Adiante, seu trabalho foi o de entender os aspectos da trama política e econômica das sociedades europeias da época, que produziram o evento das viagens: as políticas de Estado e a mobilização de recursos (fontes financiadoras, esquemas de financiamento, mercado de coleções e mercado editorial). A partir daí, o autor observou a existência de outras categorias, que envolviam ao mesmo tempo a trama social e a participação das particularidades do viajante: pré-requisitos, sistema de posições na produção intelectual, recompensas e a organização interna das viagens. Ele conclui esse trabalho com a formação de uma tabela que dispõe de um inventário básico das estruturas imprescindíveis de uma viagem, mas que ao mesmo tempo consegue alcançar a extensão básica de análise sobre as particularidades de cada viajante, ou seja, o processo completo de produção intelectual, sendo elas: finalidades / fonte financiadora / esquema de financiamento / Formação Intelectual / Recompensa / Organização interna / Duração.

Possibilidade de aproveitamento de dois métodos de crítica às fontes?

Um cientista interessado em obter o máximo conteúdo empírico, que deseja compreender tantos aspectos de sua

teoria quanto possível, adotará uma metodologia pluralista, comparará teorias com outras teorias, em vez de com ‘experiências’, ‘dados’ ou ‘fatos’, e tentará aperfeiçoar, e não descartar, as concepções que aparentem estar sendo vencidas na competição. Isso porque as alternativas, de que ele necessita para que a competição continue, podem ser tomadas também no passado (FEYERABEND, 2007. p. 63).

Inspirando-se nessa observação feita pelo filósofo Paul Feyerabend e na consideração de que os dois (únicos) métodos apresentados de crítica às fontes historiográficas sobre os índios no Brasil podem ser considerados como complementares, vislumbrando-se uma ampla compreensão sobre os fatores particulares e contextuais envolvidos em cada fonte consultada; a partir de em uma série, montar-se um panorama das relações entre colonizadores e sociedades tribais nativas ou indígenas; para novamente compreender-se as particularidades de determinadas informações contidas nessas fontes.

Neste sentido, o exercício necessitaria da formação de uma estrutura de banco de dados, de fácil manipulação e inserção de fontes de diferentes naturezas – cartográficas, iconográficas, escritas, fotográficas etc. Surgiu então a ideia de construção de uma tabela onde se pudesse a cada linha se dedicar a uma fonte historiográfica específica e em cada coluna o preenchimento de diferentes informações referentes à produção de cada fonte, que, no preenchimento de uma série de fontes (organizadas em ordem cronológica crescente) produz-se assim uma primeira análise serial, e, que, atingindo uma abrangência cronológica mais longa, possibilita a operacionalização de uma *dialética serial* (PROUDHON, 2003) para o teste de cada uma das fontes em relação ao seu contexto e para a sustentação desse contexto.

Vale mencionar que uma base prévia do modelo de banco de dados mostrado a seguir foi construída para um trabalho anterior de crítica às fontes historiográficas sobre os índios no Brasil estabelecida em dissertação de mestrado em Arqueologia (DEMINICIS, 2011) e foi justamente a partir dos resultados e dificuldades envolvidas em sua aplicação que seu formato foi adaptado.

Quadro 1 - Para a análise dialética e serial das fontes.

AUTOR DA FONTE HISTÓRICA	DATA DE NASCIMENTO E MORTE DO AUTOR	PASSAGEM PELO BRASIL (LOCAIS E TEMPO DE ESTADA)	LOCAL DE ORIGEM DO AUTOR	OFÍCIO / CARGO E INSTITUIÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA A EXPEDIÇÃO AO BRASIL	TÍTULO DA OBRA / ANO DE PUBLICAÇÃO / PICO DE POPULARIDADE DA OBRA	NATUREZA E ESTILO DA FONTE	OBSERVAÇÕES INTERESSANTES PRESENTES EM PARTE DAS FONTES	FATOS RELEVANTES E CONTEXTUAIS

Fonte: Elaboração própria

Enfim, no referido trabalho de dissertação a evolução do exercício de preenchimento da tabela de acordo com o processo de levantamento de fontes historiográficas separadas em cada linha e com o processo de levantamento das informações anexas a essas fontes para o preenchimento de cada coluna e disposição das linhas em série em forma de banco de dados, organizando as fontes por ordem cronológica de produção¹⁰ apontou para algumas tendências e necessidades em relação às técnicas de preenchimento e seus resultados diretos. Observou-se em suma a necessidade de abrangência do máximo número de fontes quando se trata das que foram produzidas entre o século 16 e início do século 17; gradativo foco em relação à região escolhida para a análise quando se trata de fontes de meados do século 17 ao fim do século 18;

¹⁰ Mas neste trabalho, pelo tempo existente para a pesquisa, as fontes ficaram ainda enquadradas dentro do conjunto de fontes produzidas por determinado autor, portanto, traçou-se uma média das datas das fontes produzidas por cada autor e o intervalo de nascimento e morte deles, para que a linha com cada autor e suas fontes ocupassem uma posição coerente em relação a série de outros autores/fontes, o que está mantido na estrutura da tabela apresentada aqui, o que pode ser modificado no desenvolvimento de outras pesquisas. Aliás, de acordo com as necessidades sentidas pelo pesquisador ou de acordo com os objetivos específicos de determinada pesquisa, o acréscimo de colunas e formas de organizar (subdividir) as linhas pode ser altamente útil.

e foco nos nomes dos grupos mencionados e locais de contato apenas em relação as fontes do início do século 19 a meados do século 20. Já os resultados da análise dialética e seria das fontes consultadas estão descritos a seguir.

Resultados úteis para a Etno-história indígena: descolonização do olhar sobre as sociedades tribais indígenas

Um dos principais resultados da análise complexa e serial das fontes historiográficas sobre os índios no Brasil proposta aqui foi então verificar que até o século 18, as descrições sobre as sociedades tribais indígenas são, em sua maioria, fantasiosas, superficiais, generalizantes e desinteressadas em detalhes importantes da cultura de uma tribo isoladamente. Verificou-se que as denominações destes contextos raramente são expressas pelas próprias tribos referidas, sendo os designativos, geralmente, oferecidos por outras tribos – inimigas tradicionais ou contextuais ou que eram impelidas a rivalidade como estratégia colonial (com grande destaque para a dualidade genérica de Tupis e Tapuias, justaposto na caracterização de Tupinambás e Tamoios, muitas vezes utilizada para as mesmas tribos ou conjunto de tribos encontradas na Costa de São Paulo e Rio de Janeiro) – ou eram denominações, contraditoriamente, fruto do próprio desconhecimento sobre elas, onde a estratégia era a de sempre estigmatizar como “violentos e comedores de carne humana” aquelas tribos que não aceitavam o controle colonial e combateram a invasão de seus territórios, as quais aos poucos tiveram sua população exterminada ou transformada em escrava. Além disto, verificou-se que como o conhecimento europeu sobre as sociedades tribais sul-americanas era também bastante restrito ao território colonizado até esta época, ou seja, apenas a uma faixa da costa continental e as considerações sobre os povos do interior, provavelmente, eram grandes apostas.

Neste sentido, as constatações sobre a extensão de grupos culturais pelo litoral e pelo interior a partir destas fontes, mesmo que de períodos

posteriores, quando houve maior avanço das sociedades modernas sobre os territórios das tribos do interior, e comparações de estudos linguísticos com tribos recentes do interior indiquem a existência de similaridades com as descrições feitas no início do período colonial, possivelmente, incorrem em grande equívoco, ao não levarem em conta os efeitos da colonização, que promoveu o deslocamento estratégico de tribos de um ponto do litoral para outro, como foi o caso dos Tupinakis (ou Tupiniquins) da costa de São Paulo para o Espírito Santo e Bahia; do litoral para o interior, junto as inúmeras expedições de exploração e ataque as tribos resistentes; do interior intermediário ainda mais para o interior, pelo processo de fuga pós-guerra ou afastamento progressivo de acordo com a progressão do avanço das sociedades modernas; e do interior para o litoral, através dos “descimentos” de tribos, escravizadas ou aliadas/sujeitadas a formação de aldeamentos.

A análise crítica e serial das fontes do século 18 até o início do século 20 mostra que neste período as informações sobre as tribos contatadas tornaram-se mais detalhadas, apesar de ainda estar viva a realização de grandes guerras e a dicotomia entre inimigos e aliados (Tupis e Tapuias), pois há duas rupturas históricas responsáveis por isso: uma, ocorrida entre o início e meados do século 18, composta pela maior participação dos capuchinhos italianos como agentes coloniais junto as populações indígenas, alcançando a hegemonia deste papel a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil; e, outra, ocorrida a partir da segunda década do século 19, com a promoção de missões de artistas e naturalistas (e posteriormente etnógrafos no final deste século) ao interior do território do Brasil. Todavia, as denominações não deixaram de ser emitidas de fora, dadas por inimigos ou relacionadas a resistência ou associação das sociedades indígenas as sociedades modernas, sendo acrescidos, em alguns casos, designativos ligados a fatores apenas estéticos – o que na região do Vale do Paraíba, sul de Minas Gerais, sul do Espírito Santo e norte e noroeste do Rio de Janeiro se representou nas denominações Puri e Coroado e na região do norte do Espírito Santo, sul da Bahia e nordeste e norte de Minas Gerais na denominação de Coroados e Botocudos.

Por fim, constata-se que, mesmo optemos pelo uso das denominações consagradas para se referir a tribos existentes em determinadas regiões, frente a dinâmica de constantes transformações das relações interétnicas própria das sociedades tribais, sem estado ou “contra o estado” (CLASTRES, 2008), inclusive, acelerada pelo processo de colonização, estas denominações valeriam apenas para os contextos em aparecem nos documentos historiográficos.

Resultados úteis para a Etnoarqueologia de sociedades tribais remotas ou indígenas

O problema é que ainda sumamente importante no Brasil, onde a pré-história não conseguiu constituir-se numa disciplina autônoma, pois a maioria dos trabalhos ainda não atingiu nível razoável de autenticidade, o que vale dizer, não são assentados sobre a elaboração sistemática de dados com metodologia estabelecida, fixa e constante. Do mesmo modo a Pré-história, esquematicamente, encontra-se ainda na etapa de apontamentos empíricos e as interpretações dos mesmos são de caráter subjetivo; pretendem-se ‘históricas’ no sentido da projeção – em – quase todos os casos – até o passado de estruturas etnológicas-linguísticas. A partir desta situação, a indecisão metodológica é evidente; e não se sabe ao certo se, em última instância, uma vaga reconstrução da Etnohistória serve para interpretar dados arqueológicos próprios da Pré-história ou se por outro lado, esses mesmos dados servem para a reconstrução do passado das populações etnográficas (TASSONE, 1980, p. 65).

Esta passagem foi escrita em 1980 e de lá para cá muito já se avançou na Arqueologia Brasileira no que diz respeito a aplicação de novos métodos e técnicas para o estudo da cultura material respectiva a sociedades tribais remotas, ou, como queira, pré-históricas. Mas a conquista de sua autonomia frente a outros campos de conhecimento, se deu muito mais pelo avanço da contingência laboral, provocada pela grande demanda dos trabalhos de arqueologia preventiva ligados às atividades de licenciamento ambiental, do que pelo desenvolvimento metodológico. Com isso a indecisão referida pelo

autor continua e é grave, fazendo com que a etno-história permaneça como sustentáculo da interpretação dos dados arqueológicos, e pouco se tem investido na recuperação do passado das populações indígenas viventes através destes dados.

A arqueologia que trabalha com os resquícios das sociedades remotas sul-americanas que pode apresentar resultados mais interessantes mostra-se aquela que faz o percurso de estudo da cultura material tendo como ponto de partida o conhecimento sobre as condições das comunidades indígenas atuais; entendendo os processos de avanço estatal brasileiro e os avanços promovidos pelos projetos coloniais (principalmente do império português) que impuseram uma nova ordem às populações viventes neste espaço – verificados a partir dos resultados de análises complexas e seriais das fontes historiográficas, como os que foram expostos no tópico anterior deste texto. Tentando evitar este caminho, alguns arqueólogos abrigam-se sobre postulados do campo da Linguística – que, aliás, se fizessem o mesmo percurso de crítica das fontes, abandonaria grande parte de seus absolutismos –, equiparando o que se tem sustentado como *tradições culturais* para a cultura material ao universo dos conjuntos linguísticos.

Diante destas ponderações, encaminhar um projeto que vá “da história a pré-história” (LUFT, 2000), parece ser mais interessante quando, paralelamente ao trabalho de análise complexa e serial, abstraímos informações (dados sobre as estratégias de assentamento, formas de moradia, sistema de uso do espaço local, aproveitamento de recursos, manufatura de artefatos, adornos e decorações corporais, etc.) que acrescentem informações a estudos arqueológicos de nível meso-regional; e que serviam para a montagem de um banco de dados ainda mais complexo: com o cruzamento dos resultados sobre as fontes historiográficas e dados arqueológicos, que pode alcançar um panorama cultural macro-regional ou continental.

Por fim, verifica-se que a perspectiva arqueológica das *Tradições Culturais*, sem se sustentar em um esquema explicativo advindo de fontes historiográficas até então analisadas com pouca ou nenhuma crítica, teriam

muito mais razão de ser se isoladas a determinados tipos de materiais (artefatos cerâmicos, artefatos líticos, estratégias de assentamento, tipologia funerária, etc.) ao enquadrar-se apenas como tradições tecnológicas, estas sim possíveis de espraiamento, através da transmissão do conhecimento entre as diversas tribos existentes e circulantes no espaço, em nível macro-regional e continental. Nestas condições, fazem-se ainda mais fundamentais os procedimentos de análise intra-sítio e estratigráficos de sítios de assentamentos de cultura material indígena anteriores ao contato, bem como o cruzamento com questões geográficas e paisagísticas, que nos oferecem um universo de informações que vão para além de traços tecnológicos de elaboração de artefatos.

Considerações finais

Basilarmente, frente à aplicação da dialética serial à análise das fontes sobre os índios no Brasil e, como resultado, à constatação de alguns padrões na produção destas fontes e, acima de tudo, à promoção de uma perspectiva descolonizadora do olhar, não seria mal que, ao nos referirmos às populações viventes no espaço sul-americano em fase anterior ao processo de colonização (sua cultura material, língua ou identidade étnica), não utilizássemos mais denominações como Tupi, Guarani, Tapuia dentre outras, pois se compreende que muitas destas denominações são criações do próprio processo colonial, mas não a essência de uma identidade original.

Contudo, para que não se confunda, vale esclarecer que essa preocupação está apenas para o tratamento da história pré-colonial. Sendo assim, não se contesta aqui a utilização de tais denominações para a história ou afirmação de identidades étnicas ao longo da colonização ou mesmo no momento presente, pois que, muitas delas, criadas a partir do contato com os europeus, são a expressão justamente das desestruturações e reestruturações de domínios espaciais e culturas dos povos originais. Ou seja, é indubitável

que as populações, por exemplo, chamadas atualmente como os Tapuia em Goiás, os Tupinambá de Olivença, na Bahia, ou os inúmeros grupos Guarani no sul e no sudeste do país tenham o direito de se autodenominar dessa forma. Mesmo porque, o fato de se identificarem assim e, contraditoriamente, ainda necessitarem lutar por terras e pela recuperação de tradições na atualidade, são estes os sinais de que essas populações são portadoras das transformações coloniais ou modernas mais antigas ou profundas, as quais impuseram uma nova agenda de guerras, violência, expulsão, repulsão, atração, cooptação, negociação, mistura, reassentamento, fixação etc., produzindo inúmeras *Diásporas intra-continentais sul-americanas* (diferentes das rotas de circulação em uso até o momento do contato). E, ao contrário do que possam sustentar os mais puristas, os grupos/tribos mais afetados pela desagregação e reagregação social produzida pela colonização ou pela modernidade, proporcionalmente, podem ser consideradas como os mais legítimos na defesa da recuperação de seus territórios e tradições e originais – busca árdua e complexa, mas com a qual trabalhos mais críticos e sistemáticos de análise das fontes historiográficas podem colaborar¹¹.

Aliás, essa mudança de perspectiva indica ainda que a denominação “indígena” seria apenas (auto)designativa às sociedades a partir de seus contatos com a colonização, sendo esta a maior das categorias atribuídas pelo agente europeu. Ou seja, ser denominadamente índio é um produto da colonização, um fato surgido apenas a partir do contato, algo que não se havia cogitado pelas sociedades originais antes desse acontecimento e que, inclusive, ganha contexto para todo o continente americano. Além disso, vale raciocinar que cada grupo/tribo se torna índio na medida do seu período próprio de contato com a colonização ou com a cultura ocidental, não sendo válido assim estabelecer-se como marco geral de todos os grupos/tribos o início do século 16. Tendo-se domínio sobre as fontes historiográficas, pode-se

¹¹ Por outro lado, verifica-se em outros casos, de populações mais ao interior ou contatadas por sociedades modernas mais recentemente (século 19 em diante) ou na atualidade, que as denominações originais quase não foram afetadas e revelam-se em um nível étnico mais claro, tendo estas maior facilidade de referência nas fontes historiográficas.

restabelecer diferentes períodos de “indianização” a grupos/tribos de diferentes regiões, tendo como noção básica de que os grupos/tribos do litoral antecedem os do interior na proporção da expansão colonial e que ainda hoje o processo de indianização é ativo, à medida que se contatam novas tribos isoladas.

Da mesma forma, para a referência pretérita à colonização, pode-se considerar como um grave equívoco de perspectiva atribuir-se a denominação índio, no uso das categorias *paleóíndios* ou *protoíndios*, por exemplo. Para tal, bastaria a designação *sociedades tribais remotas* ou *sociedades pré-coloniais* (esta primeira, como já se tem adotado pelo autor desse artigo).

Referências bibliográficas

CAMACHO, Thimoteo. Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 5, n. 8, p. 11-15, 2000.

CANDIDO, Antonio. O Jovem Florestan. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 11-15, 1996.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2008.

DEMINICIS, Rafael Borges. **Desconstruindo Tradições**: Proposta de uma Etnoarqueologia Social para o estudo de caso dos sítios Vila da Rainha (RJ) e Aldeia das Garças (ES). 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Rio de Janeiro: MN/UFRJ, [2011].

EDELWEISS, Frederico G. **Estudos Tupis e Tupi-guaranis**: confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969.

FERNANDES, Florestan. **A Organização dos Tupinambá**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1949. (Museu Paulista, 3).

_____. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Nacional, 1967.

_____. **A Investigação Etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975.

- FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GINZBURG, Carlo. Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário. In: **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 22-29.
- IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE/Ministério da Educação, 2002.
- LUFT, Vlademir José. **Da História a Pré-História**: as ocupações das sociedades Puri e Coroado na bacia do Alto rio Pomba. 2000. 278 f. Tese (Doutorado em História) - Rio de Janeiro: UFRJ, [2000].
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Beiträge zur Ethnographie und Sprachkunde Amerika's zumal Brasiliens** [Contribuições sobre Etnografia e Linguística da America, principalmente do Brasil] (I. Zur Ethnographie; II. Zur Sprachkunde). Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.
- MÉTRAUX, Alfred. **La civilisation matérielle des tribos tupi-guarani**. Paris: Paul Geuthner, 1928.
- _____. **A religião dos Tupinambás e suas relações com as das demais tribos Tupi-guaranis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1979.
- MÉTRAUX, Alfred. Les migrations historiques des Tupi-Guarani. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, v. 19, p. 1-45, 1927.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: _____. (Org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. da UFRJ/Marco Zero, 1987. p. 84-148.
- PEREIRA, Nunes. **Curt Nimuendajú**: síntese de uma vida e de uma obra. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1946.
- PROUDHON, Pierre Joseph. **Sistema das Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria**. São Paulo: Ícone, 2003.
- STEINEN, Karl von den. **Entre os Aborígenes do Brasil Central**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.
- TASSONE, Vicente Giancotti. **Pré-história e História**. Recife: Clio, 1980. (Série Arqueológica, 3).

Recebido em: 16/02/2015.
Aprovado em: 19/06/2015.
Publicado em: 30/06/2015.